



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

17
10

Recurso de agravo nº 291748-0/01 – Comarca do Recife

Agravante: José Carlos Rodrigues Santana.

Agravado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. LEI COMPLEMENTAR Nº 169/2011. EXTINÇÃO DA GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (GTS). INEXISTÊNCIA DE DECESSO REMUNERATÓRIO. INTEGRATIVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A jurisprudência converge de forma uníssona no sentido não haver direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação ensartada por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração do servidor público. 2. Dessa forma, reputa-se plenamente possível a alteração no critério de cálculo dos vencimentos ou proventos, ainda que perfeito o ato da aposentação, desde que não haja decréscimo no *quantum* percebido pelo servidor. 3. Não restou comprovado, nos autos, o decesso remuneratório, tornando possível a modificação do regime remuneratório pela Administração Pública. 4. Recurso de agravo improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 291748-0/01, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Fabiano Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 291748-0/01 – Comarca do Recife

Agravante: José Carlos Rodrigues Santana.

Agravado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa que negou seguimento à apelação, no sentido de não restaurar o pagamento da Gratificação por Tempo de Serviço (GTS) incidente sobre o soldo do Embargante.

Segundo o agravante, esta decisão estaria a merecer retratação, ou submissão integradora perante o colegiado competente, uma vez que não está alegando o direito à permanência ao regime jurídico remuneratório, mas sim que a Lei Complementar nº 169/2011, quando extinguiu a GTS, violou o preceito constitucional da irredutibilidade de salários e o princípio da isonomia.

Requerem, ao final, o provimento do presente recurso de agravo, vindo em seguida os autos conclusos.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

19
20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

Recurso de agravo nº 291748-0/01 – Comarca do Recife

Agravante: José Carlos Rodrigues Santana.

Agravado: Estado de Pernambuco.

VOTO

Os argumentos levantados pelos agravantes não convencem sobre o alegado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

No feito originário, o agravante postulava a reincorporação ao seu contracheque de dois quinquênios, inclusive retroativamente, com base na Lei nº 10.426/1990.

Entretanto, a Lei Complementar Estadual nº 169/2011, que alterou o regime jurídico remuneratório, extinguiu a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, instituída pela Lei nº 10.426/90, incorporando seus respectivos valores nominais ao soldo dos militares do Estado.

Com efeito, o que se verificou nos autos foi que a Administração, nos ditames da Lei Complementar, apenas transformou a gratificação perseguida pelo apelante em parcela autônoma, sem com isso trazer qualquer prejuízo financeiro ao agravante.

No caso em tela, não restou configurado o decurso remuneratório, posto que ao suprimir a aludida gratificação incorporou seu valor ao soldo de forma a assegurar irredutibilidade do valor da remuneração.

O Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 563965/RN, tratou da matéria relativa à estabilidade financeira reafirmando não ter o servidor público direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, desde que seja assegurado o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos.

Desta forma, não existe para o agravante direito adquirido à forma de cálculo, convergindo com tal entendimento a jurisprudência deste Egrégio Tribunal, conforme a seguinte ementa colacionada:

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. POLICIAIS MILITARES. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO. ALTERAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO. POSSIBILIDADE, DESDE QUE RESPEITADA A IRREDUTIBILIDADE VENCIMENTAL. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME REMUNERATÓRIO. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESACOLHIDO. DECISÃO UNÂNIME.a) É entendimento sedimentado, inclusive, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que servidor público não possui direito adquirido a regime remuneratório;b) Destarte, no caso dos agravantes, não se lhes pode dar guarida ao pleito por inconstitucionalidade da legislação estadual que desvinculou a Gratificação de Representação do soldo, a não ser que a

u

22
70

dissociação em questão tivesse implicado decesso remuneratório aos servidores, o que, nos autos, não restou demonstrado pelo plexo probatório coligido;c) Recurso de Agravo conhecido e desprovido, em decisão unânime (RA 216378-4/01, 1CDP, rel. Des, Luis Carlos Figueiredo, julgado em 03/08/2010).

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator